

ATOS FORMAIS DE GESTÃO

| 1977 | |
|--|---|
| Ato Normativo TJ nº 2/1977 | Microfilmagem dos livros findos e arquivados pelas serventias judiciárias da Comarca da Capital. |
| Ato Normativo TJ nº 4/1977 | Normas para microfilmagem dos livros findos e arquivados pelas serventias judiciárias da Comarca da Capital, bem como de quaisquer documentos originários das Secretarias do Tribunal de Justiça, da Corregedoria Geral da Justiça e do Conselho da Magistratura. |
| 1991 | |
| Ato Normativo TJ nº 11/1991 | Tabela de Temporalidade para a documentação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. |
| 1994 | |
| Provimento CGJ nº 5/1994 | Fixa prazos para retenção de documentos eventuais e transitórios. |
| 1995 | |
| Ato Normativo TJ nº 14/1995 | Alteração na Tabela de Temporalidade instituída pelo Ato Normativo nº 11/1991. |
| 1997 | |
| Ato Normativo TJ nº 14/1997 | Nova Tabela de Temporalidade para a documentação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. |
| 2001 | |
| Ato Executivo TJ nº 18/2001 | Alteração na denominação do departamento para Departamento Geral de Arquivo. |
| Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 16/2001 | Modernização do Arquivo Judiciário Estadual – instalação em prédio próprio do Poder Judiciário e catalogação dos processos no sistema informatizado. |
| Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 30/2001 | Instituição da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) - Atividade Fim |
| Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 31/2001 | Instituição da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) - Atividade Meio |
| Provimento CGJ nº 51/2001 | Norma sobre o arquivamento provisório de autos paralisados há mais de 30 dias. |
| 2002 | |
| Ato Executivo TJ nº 1157/2002 | Comarcas atendidas pelo Arquivo Judiciário da Região dos Lagos, sediado na Comarca de Rio Bonito. |
| 2003 | |
| Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2003 | Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCD). |
| Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 2/2003 | Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TTD). |
| Ato Executivo TJ nº 4/2003 | Denominação do Arquivo Judiciário da Região dos Lagos alterada para Unidade Regional do Departamento Geral de Arquivo – Rio Bonito. |
| Ato Executivo TJ nº 2493/2003 | Criação da Unidade Regional do Departamento Geral de Arquivo - Itaipava |
| Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2003 | Padronização do modelo de etiqueta autoadesiva para identificação das caixas-arquivo. |
| 2004 | |
| Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2004 | Atualização do Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCD). |

ATOS FORMAIS DE GESTÃO

| | |
|--|--|
| Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 2/2004 | Atualização da Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TTD). |
| Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 2/2004 | Obrigatoriedade da utilização, para arquivamento, de caixas-arquivo de tamanho padrão. |
| Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2004 | Extinção do procedimento "Devolução ao maço" para os autos processuais judiciais e administrativos que retornam ao DEGEA. |
| Resolução CGJ nº 10/2004 | Alteração da norma sobre o arquivamento provisório de autos paralisados há mais de 30 dias |
| Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 6/2004 | Padronização do modelo de etiqueta autoadesiva para identificação das caixas-arquivo. |
| Resolução TJ/OE nº 16/2004 | Denominação dos prédios do Complexo do Arquivo Central. |
| 2005 | |
| Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 11/2005 | Inclusão do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos no processo de Certificação NBR ISO 9001:2000. |
| Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 23/2005 | Unificação das Comissões Permanentes de Avaliação Documental (CPAD). |
| Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 7/2005 | Automação do Arquivo Central de São Cristóvão. Utilização de um novo sistema informatizado - Sistema ARQGER. |
| Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2005 | Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 180 dias da data do arquivamento definitivo. |
| Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2005 | Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis, que já se encontravam sob a guarda do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos antes da edição do Ato Normativo nº 01/2005, serão eliminados após o prazo de 180 dias da data da publicação do presente ato. |
| Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 12/2005 | Disciplina a informação, às partes interessadas, sobre a eliminação de autos de processos judiciais findos. |
| 2006 | |
| Portaria TJ/DGCON nº 2/2006 | Criação do Grupo de Trabalho para a Pesquisa da Proveniência do Acervo Documental. |
| Resolução TJ/OE nº 22/2006 | Regula o arquivamento definitivo dos processos cíveis. |
| Portaria DGCON nº 3/2006 | Criação do Grupo de Trabalho para o estudo das questões relacionadas à preservação dos documentos anteriores a 1940. |
| 2007 | |
| Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2007 | Crerios para amostragem e aplicação da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) aos processos judiciais e documentos administrativos. |
| Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2007 | Padronização da Tabela de Tipos de Assuntos do Sistema de Protocolo Administrativo (PROT) de acordo com o Código de Classificação de Documentos (CCD). |
| Aviso CGJ nº 64/2007 | Suspensão do Provimento nº 51/2001 que disciplinava sobre a remessa ao arquivo dos autos paralisados por mais de 30 dias. |
| Ato Executivo TJ nº 1484/2007 | Instituição do grupo de trabalho para concluir os estudos sobre a implementação do Centro de Digitalização. |

ATOS FORMAIS DE GESTÃO

| | |
|--|--|
| Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 124/2007 | Processos judiciais de competência cível, arquivados provisoriamente, serão, movimentados para a Unidade Especial de Processamento do Arquivo no Arquivo Central, para cumprimento da Resolução nº 22/2006. |
| Resolução TJ/OE nº 19/2007 | Transferência do acervo dos procedimentos sigilosos findos para o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos. |
| 2008 | |
| Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 42/2008 | Constituição do Comitê Gestor das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. |
| Ato Normativo TJ nº 10/2008 | Implantação das Tabelas Processuais Unificadas na Segunda Instância do Poder Judiciário. |
| Provimento CGJ nº 21/2008 | Criação da rotina de pré-cadastramento de petição inicial a ser utilizada exclusivamente por advogados com inscrição regular na OAB. |
| Ato Executivo TJ nº 4120/2008 (não localizado) | Designação de representantes do Tribunal de Justiça no Conselho Estadual de Arquivos – CONEARQ. |
| Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2008 | Implantação das Tabelas Processuais Unificadas na Primeira Instância do Poder Judiciário. |
| 2009 | |
| Ato Executivo TJ nº 1658/2009 | Instituição do Grupo de Apoio ao Processamento do Arquivo – GAPA. |
| Aviso TJ nº 27/2009 | Avisa que devem ser observados com rigor os critérios de classificação dos feitos judiciais em tramitação, de acordo com o que determina a Resolução CNJ nº 46, de 18 de dezembro de 2007, ante aos impactos trazidos aos relatórios estatísticos e a gestão de documentos do PJERJ. |
| Ato Normativo TJ nº 14/2009 | Requisitos sobre o arquivamento especial. |
| Ato Normativo TJ nº 15/2009 | Julgamento dos processos arquivados provisoriamente sem sentenças - Meta nº 2 do CNJ. |
| Ato Normativo TJ nº 18/2009 | Desarquivamento e julgamento de casos idênticos em bloco dos processos arquivados provisoriamente – Meta nº 2 do CNJ. |
| Ato Executivo TJ nº 5157/2009 | Eliminação dos autos processuais dos Juizados Especiais Criminais - JECRIM. |
| Ato Executivo TJ nº 5296/2009 | Gestão de documentos nos serviços notariais e de registro do Estado do Rio de Janeiro. |
| Resolução TJ /OE nº16/2009 | Implantação do processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. |
| 2010 | |
| Ato Executivo TJ nº 4364/2010 | Eliminação de processos judiciais de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) e a publicação de editais. |
| Ato Executivo TJ nº 4363/2010 | Eliminação de processos julgados sem resolução do mérito, com baixa no registro de distribuição - Meta nº 2 do CNJ. |

ATOS FORMAIS DE GESTÃO

| | |
|---|--|
| Resolução TJ/OE nº 26/2010 | Exceções, relativa à baixa, para arquivamento dos processos cíveis. |
| Resolução TJ/OE nº 27/2010 | Arquivamento definitivo dos processos de competência orfanológica. |
| Ato Normativo TJ nº 30/2010 | Normas para o trâmite do Processo Judicial Eletrônico - PJE na Segunda Instância Criminal. |
| 2011 | |
| Aviso Conjunto TJ / CGJ nº 1/2011 | Fiscalização, pelo Magistrado, da correta classificação por classes e assuntos dos processos e procedimentos judiciais de acordo com as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário. |
| Provimento CGJ nº 53/2011 | Fica vedada a formação de livros e pastas não obrigatórios constituídos através da impressão de dados constantes no sistema informatizado DCP, tais como Livro Tombo e pasta de estatística, sob pena de responsabilidade funcional. |
| Provimento CGJ nº 59/2011 | Alteração das normas sobre arquivamento especial. |
| 2012 | |
| Ato Normativo TJ nº 14/2012 | Desarquivamento e julgamento de casos idênticos em bloco dos processos arquivados provisoriamente sem baixa, cadastrados como processo antigo. |
| Aviso TJ nº 19/2012 | Alteração do desarquivamento e julgamento de casos idênticos em bloco dos processos arquivados provisoriamente sem baixa, cadastrados como processo antigo. |
| Ato Executivo TJ nº 3569/2012 | Digitalização de processos judiciais, administrativos e outros documentos arquivados no Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos – DEGEA, para fins de troca de suporte ou preservação. |
| 2014 | |
| Ato Normativo TJ nº 4/2014 | Descarte dos apensos de autos de processos judiciais constantes em editais de eliminação publicados. |
| Ato Normativo TJ nº 5/2014 | Arquivamento de documentos administrativos no DEGEA (permissão somente para os de guarda permanente) |
| Ato Normativo Conjunto nº 7/2014 | Cobrança para o desarquivamento de processo eletrônico. |
| Aviso CGJ nº 1042/2014 | Arquivamento de processos antigos com apenso de restauração de autos ou agravo de instrumento. |
| Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 9/2014 | Eliminação dos autos processuais dos Juizados Especiais Cíveis. |
| Ato Normativo Conjunto nº 12/2014 | Digitalização de processos - Autos Físicos Digitalizados (AFDs) |
| Ato Normativo TJ nº 15/2014 | Classificação dos autos de processos administrativos de acordo com o Código de Classificação de Documentos (CCD). |
| Ato Normativo TJ nº 16/2014 | Entrega física dos autos de processos administrativos da área de pessoal às partes interessadas. |
| Ato Normativo TJ nº 18/2014 | Eliminação de processos administrativos armazenados no Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos DEGEA. |

ATOS FORMAIS DE GESTÃO

| | |
|--|--|
| Resolução TJ/OE nº 17/2014 | Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. |
| Resolução TJ/OE nº 34/2014 | Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PROGED |
| 2015 | |
| Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2015 | Atualização da Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TTD). |
| Aviso Conjunto CGJ nº 13 /2015 | Arquivamento especial dos processos judiciais sem andamento há mais de 5 (cinco) anos. |
| Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 17/2015 | Serviços Extrajudiciais deverão transferir para o Arquivo Central do TJRJ os livros extrajudiciais anteriores a 1915. |
| 2016 | |
| Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 21/2016 | Torna sem efeito o Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 17/2015 sobre a transferência dos livros extrajudiciais anteriores a 1915 para o Arquivo Central do TJRJ. |
| Resolução TJ/OE nº 15/2016 | Altera anexos da Resolução TJ/OE nº 17/2014 – extingue o Serviço de Arquivo de Rio Bonito (DGC/SEARB) e o Serviço de Apoio às Unidades Organizacionais (DGC/SEAPO). |
| 2017 | |
| Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 29/2017 | Esclarece que os processos cadastrados com a classe petição (código 241) devem ser corretamente reclassificados, de acordo com a tabela processual unificada de classes do CNJ. |
| Ato Executivo TJ nº 270/2017 | Institui Grupo de Trabalho para a Pesquisa da Proveniência do Acervo Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ), e designa seus membros. |
| Resolução TJ/OE nº 01/2017 | Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. |
| 2018 | |
| Ato Normativo TJ nº 01/2018 | Proceder a eliminação dos livros contábeis e papéis referentes às empresas em regime de Falência ou Liquidação Judicial (massa falida) que estejam arquivados no DEGEA há mais de 10 anos. |
| Convênio TJ/Entidades SN12/2018 | Convênio de cooperação técnica e científica visando a digitalização de autos de processos judiciais permanentes armazenados no Arquivo Central do TJERJ entre a Associação Brasileira da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e o Tribunal de Justiça. |
| Aviso TJ nº 25/2018 | Necessidade de dar tratamento aos processos distribuídos até 2013, que se encontram arquivados provisoriamente, para fins de cumprimento da Meta 2 do CNJ. |

ATOS FORMAIS DE GESTÃO

| | |
|--|---|
| Ato Executivo TJ nº 108/2018 | Institui Grupo de Trabalho da Política de Segurança da Informação (GT-POSIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e designa seus membros. |
| 2020 | |
| Ato Normativo TJ nº 19/2020 | Instituir e implantar o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI, a partir do dia 27 de julho de 2020 e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento. |
| Aviso conjunto TJ/CGJ nº 16/2020 | Avisa aos Senhores Magistrados, chefes de serventia e demais servidores que atuam na distribuição e autuação de processos judiciais sobre a complementação, neste período de pandemia, da classificação dos processos com o assunto COVID – 19. |
| Ato Normativo TJ nº 24/2020 | Institui o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP) responsável pela avaliação dos mecanismos de tratamento e proteção dos dados existentes e pela proposição de ações voltadas a seu aperfeiçoamento, com vistas ao cumprimento das disposições da Lei n.º 13.709/2018. |
| Ato Normativo TJ nº 27/2020 | Estabelece as normas para Gestão de Acesso a Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Dispõe sobre a gestão de acesso físico as instalações do PJERJ; identificação dos usuários – senhas, inativação, reativação, concessão de acessos; acesso à internet, a Banco de Dados, ao Correio eletrônico; segurança de acesso a recursos de TIC. |
| 2021 | |
| Aviso TJ nº 2/2021 | No período compreendido entre os dias 7 e 23 de janeiro de 2021 o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos da Diretoria Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento - DGCOM/DEGEA somente irá proceder aos pedidos de desarquivamento de processos e documentos em caráter de urgência, que deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico degea.centralatendimento@tjrj.jus.br . |
| Aviso TJ nº 6/2021 | A empresa ARQUIVIZA foi contratada pelo Tribunal de Justiça de Estado do Rio de Janeiro - Termo nº 003/042/2021 - para prestação de atividades operacionais de arquivamento, desarquivamento e descarte do acervo arquivístico, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. |
| Resolução TJ/OE nº 3/2021 | Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. |

ATOS FORMAIS DE GESTÃO

| | |
|---|--|
| Aviso TJ nº 68/2021 | A partir de 01/07/2021, a remessa de caixas-arquivo contendo documentos e processos ao DEGEA para fins de arquivamento deverá ser feita obrigatoriamente por meio do Sistema de Controle de Malotes SISCOMA. |
| Aviso CGJ nº 819/2021 | Avisa a obrigatoriedade de se aplicar a modalidade “restrito” nos documentos e/ou nos processos administrativos SEI que contenham informações relacionadas à pessoa identificada ou identificável, nos termos do art. 5º da Lei nº 13.709/2018. |
| 2022 | |
| Resolução TJ/OE nº 8/2022 | Aprova a revisão do Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PROGED/PJERJ, em consonância com as normativas da Resolução CNJ nº 324/2020. |
| Aviso TJ -124/2022 | Avisa que os Autos Físicos Digitalizados – AFD, resultantes da digitalização dos autos de processos judiciais, devem ser encaminhados ao DEGEA, para fins de arquivamento, devidamente acondicionadas em caixas padronizadas, com as respectivas capas contendo o número de distribuição e com as folhas que os compõem costuradas ou presas com “bailarinas”. |